

# Situações de risco: jovens “sem projecto de vida”, a construção de um objecto de estudo

Maria Sara de Lima Dias<sup>2</sup> | Dulce Helena Penna Soares<sup>3</sup>

## Resumo

O presente texto procura articular as temáticas do risco e da vulnerabilidade social como condições pensadas sob o pano de fundo da inserção profissional dos jovens universitários. Com a intenção de revelar aproximações possíveis entre as áreas da Psicologia e da Pedagogia Social sobre um mesmo objecto de estudo, a vida dos jovens recém-formados e suas expectativas de futuro profissional, pretende-se evidenciar a trama humana que acompanha percursos existenciais marcados pela ausência de «projecto de vida».

<sup>1</sup> Este artigo surge no âmbito do mestrado em Pedagogia Social, como trabalho de avaliação na Disciplina de Políticas Sociais, leccionada pela Professora Isabel Baptista e insere-se numa pesquisa de doutoramento em curso desde o ano de 2005, conforme Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

*“O profeta é aquele que anuncia e denuncia. Anuncia aquilo para que o ser humano foi essencialmente criado, e denuncia os esquemas que atentam contra o seu destino.”*

Leonardo Boff

## Introdução

Ao reflectir sobre as chamadas situações de «risco», somos remetidos para um conjunto de dificuldades que atingem o ser humano e o colocam em uma situação de vulnerabilidade social. Do ponto de vista ético é preciso ressaltar que o uso da expressão «jovens sem projecto de vida» não contempla qualquer avaliação negativa sobre as trajectórias existenciais e referência. Actualmente a projecção de si mesmo no tempo e no espaço futuro esvai-se sob a condição de insegurança vivida por muitos jovens recém formados, traduzindo-se numa falta de perspectivas de futuro, um viver “sem projecto”. É a partir desta constatação que desenhamos o nosso objecto de estudo, configurando um campo de possível acção e intervenção da pedagogia social em interface com a psicologia.

Segundo o dicionário Michaelis, a palavra “risco” deriva do latim *resicare* que significa “cortar”. Está ligada à condição de estar em risco, ou seja, à possibilidade de perigo, incerto, mas previsível, que ameaça de dano a pessoa ou a coisa. Existe uma abordagem problematizadora das teorias do risco, integrando os debates mais recentes sobre estas condições sociais. De uma maneira ampla, as situações de risco são condições de vulnerabilidade social (Castel, 1998), que se constituem como percepções mais ou menos previsíveis de insegurança quanto ao futuro.

Os sujeitos em risco, geralmente são pessoas, que podem estar de alguma forma excluídas de seus direitos sociais. Sofrem, pois, de diversos modos de exclusão social: do direito ao abrigo, a comida ao trabalho à escola ou à saúde. Para Robert Castel (1998), o tipo de formação social que conheceu seu apogeu ao redor dos anos 70, caracteriza-se por uma condição salarial sólida, ligada aos direitos sociais consistentes como: o direito ao trabalho e à protecção social. Para este autor falar da sociedade salarial é falar de suas protecções, constituídas a partir das conquistas históricas dos trabalhadores. Actualmente o capitalismo encontra-se numa fase muito mais agressiva e individualista, devido à concor-

rência mundial e a falta de trabalho ou à precarização do mesmo, o que afecta os indivíduos na sua subjectividade, culpabilizando-os pela sua condição de «seres em falta». O discurso do desemprego desloca-se para uma justificativa individualista, que recai sobre as pessoas que acabam reafirmando suas incapacidades para ocuparem postos de trabalho. Permite, portanto a possibilidade de se acusar a vítima, com um retorno da condição de exclusão e da culpa do desemprego, sobre a mesma. Diante deste quadro, como nos aponta Castell (1998) o indivíduo, encontra-se em risco de perder seu estatuto de segurança social, ou de ser capaz de conduzir sua vida, com um mínimo de recursos materiais necessários Assim sendo, de certa forma mesmo as pessoas que não se sentem excluídas socialmente podem estar vivendo diversos tipos de ameaças de riscos sociais.

## Da exclusão à vulnerabilidade

No contexto da sociedade contemporânea, o conceito de exclusão social parece cada vez mais desprovido de significado, uma vez que todos estão imersos na mesma realidade, conforme alerta Robert Castel (1997), tornando necessário então explicitar a forma como se vai abordar o conceito. O termo «exclusão» é aqui usado para descrever processos de degradação de relações sociais de maneira ampla e de relações referentes ao mundo do trabalho de maneira mais específica. Remete aos problemas decorrentes da insuficiente oferta de serviços pelo Estado, como educação, saúde, transporte, saneamento, denunciando a desigualdade implícita na distribuição destes serviços públicos. Neste trabalho, usamos o conceito de “exclusão” relacionando-o à retracção do número de postos de trabalho e em relação a perdas de direitos políticos e direitos sociais dos trabalhadores, considerando que esta perda ocasiona situações de vulnerabilidade.

Assim, se a propriedade social permitiu ao indivíduo construir a partir do trabalho uma certa autonomia pessoal, condição da sua independência, hoje em dia as pessoas têm dificuldade em encontrar espaços onde possam exercer sua autonomização por razões derivadas do fenómeno do desemprego. “Para a maioria dos indivíduos o trabalho, é de todas as actividades, a que ocupa a maior parte das suas vidas (Giddens, 2007). O trabalho, ou mais exactamente o «emprego», funciona como elemento estruturador na constituição psicológica das

pessoas e no ciclo das suas actividades diárias funcionando como condição de sua autonomização.

A vinculação laboral cria condições de vida que permitem aos sujeitos serem actores e autores de sua história pessoal. Como podem as pessoas em situação de desemprego conduzir a sua existência de forma positiva? É na resposta a esta questão que procuramos delinear a interface entre a pedagogia social e a psicologia. Tendo em consideração os pressupostos conceituais da pedagogia social, de que somos todos os sujeitos do presente e, nessa condição, autores de futuro (Baptista, 2008), pensamos que a presença da acção sócio-pedagógica se torna cada vez mais necessária para compreender e enfrentar os desafios provocados pelas novas relações de trabalho.

Durante muito tempo a via do emprego inscrevia o sujeito num universo de estabilidade e cultura comum. Actualmente vários problemas afectam o trabalhador, desde a condição de desemprego ou precariedade, mas também a própria necessidade de mobilidade dos indivíduos (Cabin, 2001). Os trabalhadores estão submetidos a formas de remuneração obscuras e flexíveis, ocasionando um enfraquecimento do compromisso dos indivíduos dentro das empresas e também dentro da sociedade. O trabalhador encontra-se cada vez mais isolado, tanto no que se refere ao trabalho em equipa dentro das empresas quanto no que refere à luta por seus direitos. Consequentemente, encontra-se cada vez mais desprotegido ou em situação de vulnerabilidade.

De certa forma, toda a humanidade está exposta a situações de risco, desde as que se referem a dimensões globais como a escassez de alimento no mundo ou as transformações do ecossistema até às dimensões pessoais. Especificamente ao pensar no trabalho numa economia globalizada, as pessoas desprovidas dos meios de produção, aquelas que têm de viver da venda de sua força de trabalho, não encontram condições de segurança social. Para Sennett (1998) mesmo as pessoas que hoje se encontram empregadas, sentem a falta de controlo sobre seu tempo e sobre o seu espaço, devido ao tipo de trabalho flexível e de curto prazo que tem sido a forma mais privilegiada de contrato. O debate sobre assuntos de interesse comum relacionados com a vivência ou a expectativa do risco eminente, constitui um campo de acção da pedagogia social com a mediação da psicologia e de demais áreas afins. Principalmente no que diz respeito à possibilidade ou impossibilidade do sujeito trabalhar ou tecer

expectativas em torno de sua empregabilidade e, a partir daí, se projectar plenamente como sujeito de perfectibilidade (Baptista, 2007a). O grande desafio da sociedade actual passa pela aprendizagem de novas formas de ser, estar, conviver e fazer de modo a tornar-se capaz de transformar o seu meio social. Esta é uma questão fundamental para a pedagogia social, considerando a necessidade de investir na capacitação dos sujeitos e ao mesmo tempo aprendendo a lidar com o sentimento de vulnerabilidade permanente a que todos estamos sujeitos.

## Sobre a vulnerabilidade do trabalhador

Entre os riscos relativos ao trabalho, temos o trabalho precário, em penosas condições, insalubre, mal remunerado, ou ainda a própria ausência do trabalho, que pode gerar consequências danosas para o sujeito (Castells, 2002). A vivência em constante situação de desemprego pode levar à pobreza, à perda de status, à perda de disciplina temporal e rotina diária, à desagregação da vida familiar. Em geral, o desemprego contribui ainda para aumentar os índices de criminalidade e violência. Uma forma de compreender como as mudanças do trabalho afectam a vida das pessoas em sociedade é confrontar as perspectivas de carreira actuais com as do passado e compreender que as trajectórias profissionais são radicalmente diferentes, no espaço de uma única geração (Sennett, 1998). Estas mudanças de carreira e trabalho posicionam o sujeito num campo de extrema complexidade, criando contrariedades no que diz respeito a traçar perspectivas de futuro ou definir um projecto de vida.

Neste artigo, o conceito de «projecto de vida» será analisado na perspectiva da antropologia, considerando que “a noção de projecto pode ajudar na análise de trajectórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 1994) A par dessas considerações, utiliza-se o conceito de projecto de vida como uma orientação colectiva, sempre produzida por reflexões que o sujeito pode ou não tecer sobre as condições e o contexto em que se encontra inserido. O que resulta em dificuldades de toda a ordem (Castel, 1998), pois para pensar o futuro, o sujeito necessita de certa estabilidade no presente. Portanto se os direitos constitutivos da sociedade salarial é que permitiam ao sujeito planejar a sua vida e se isto não é possível, podemos dizer que encontraremos jovens sem projectos

de vida, uma vez que a insegurança social é uma condição geral da grande maioria das pessoas no século XXI.

Neste contexto, como podem os jovens reflectir ou o pensar o seu futuro na sociedade? Para Edgar Morin (2003) “a dificuldade em compreender o Estado-Nação reside no seu carácter complexo”. Para pensar o Estado-Nação, o autor incita-nos a pensá-lo como uma entidade ao mesmo tempo territorial, político, cultural, histórico, místico e religioso. Associando as noções de comunidade e de sociedade, valorizamos este carácter cultural/histórico das dinâmicas sociais. Toda a sociedade é cultural pelos seus valores, usos e costumes, normas e crenças comuns; é histórica pelas transformações e provações sofridas ao longo do tempo.

A trajectória profissional desde o início da carreira até a aposentadoria (termo que no português de Portugal significa estar reforma/aposentação) deixou de ser algo linear, um caminho seguro a ser percorrido ao longo da vida (Dubar, 2001). Tanto é que a variável “objectivo” da intervenção pública mais importante desde a Segunda Guerra nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) é o desemprego. O pós-guerra presencia o reino das “políticas de pleno emprego” (Gautiê, 1998), como forma de manter o equilíbrio entre o capital e o trabalho, voltado para produzir e manter a riqueza das nações. Portanto existe uma preocupação com a questão do desemprego que passou a ser chamada de uma nova “questão social”. (Castel, 1998). A questão social do desemprego está directamente relacionada com o conceito de vulnerabilidade. Conceito este desenvolvido por Robert Castel a partir de uma concepção de sociedade salarial francesa, para explicitar os factores de ordem social que influenciam na vulnerabilidade pessoal, representando uma zona de precariedade e fragilidade dos sujeitos.

Esta fragilidade atinge principalmente os jovens em início de carreira, para quem a principal questão social é a da sua inserção profissional, conforme corroboram diversas pesquisas (Pochmann, 1999, 2000, 2001, 2003; Dupas, 1999; Harvey, 2005; Antunes, 2005; Castel, 1998). Inúmeras medidas de políticas sociais são desenvolvidos pelos governos de todo o mundo, no sentido de facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho. Tendo em conta que o trabalho é fundamento do desenvolvimento humano e permite a inscrição do sujeito como um ser produtivo na sociedade, tais políticas têm um carácter

positivo, actuando sobre os possíveis riscos sociais que podem advir do desencanto e falta de esperanças no futuro que o desemprego juvenil pode causar. Vários estudos, nos diversos campos do conhecimento mostraram como o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas (Antunes, 1995; 1999; Bauman, 1998; Beck, 1999; Castells, 1999; Harvey, 1993; Rifkin, 1995; Sennet, 1999). Além de ser fonte de identificação social e profissional (Dubar 1998, 2001) permite ao homem desenvolver uma actividade e aprimorar a sua capacidade de criar. Permite situar o lugar de quem fala e afirmar-se por meio de sua acção. Ao falar daquilo que se é como pessoa humana, o referente do trabalho, constitui-se como um dos principais processos de identificação do homem. Por esta razão, mesmo em países considerados desenvolvidos, existe uma grande preocupação com a inserção de jovens no mundo do trabalho. Segundo a OIT - Organização Internacional do Trabalho (2006), hoje existem cerca de 70.000.000 milhões de jovens no mundo em situação de desemprego. Ora, do ponto de vista da pedagogia social, importa que nos preocupemos com o «quanto», mas principalmente com o «como», com a forma como o desemprego afecta os jovens. Será que a economia consegue gerar novos empregos, na mesma proporção do número de jovens que pretendem entrar ao mercado de trabalho anualmente?

Como dissemos, as condições desfavoráveis relacionadas com o desemprego representam uma propensão para a adopção de comportamento de risco, ocasionando o aumento nos índices de criminalidade e violência. E para além dos aspectos sociais globais, existem aspectos psicológicos que afectam directamente o sujeito. Entre os efeitos psicológicos ligados ao desemprego incluem-se: resignação, auto-estima negativa, desespero, vergonha, apatia, depressão, desesperança, sensação de futilidade, perda de objectivos, passividade, letargia e indiferença. Além da perda dos valores morais que a hiper-competitividade pode trazer para as pessoas, conceito que Sennett (1998) descreve como a “corrosão do carácter”.

## O trabalho e a promoção do indivíduo positivo

Foi através dos suportes sociais garantidos pela condição de assalariado que o indivíduo moderno se um indivíduo positivo, ou seja, cuja existência não é assegurada



somente pela capacidade de vender a sua força de trabalho, mas também pelo quinhão de propriedade social ao qual tem acesso. (Castel, 1998). Deste modo, o indivíduo, num tempo não muito remoto, possuía certa segurança em relação ao seu futuro. A existência de um contrato de trabalho permitiu o aparecimento do indivíduo positivo, justificando as lutas pelos direitos sociais enquanto «classe-que-vive-do-trabalho» (Castel, 1998; Antunes, 2005). Questiona-se como hoje o jovem vive sem a expectativa de conseguir um trabalho digno e repleto de sentido. Houve um tempo no qual, a inserção do homem no processo produtivo, dependia essencialmente dele mesmo, de quanto plantaria no seu campo e de iniciativas pessoais. No Brasil vive-se hoje uma realidade das mais difíceis, nalgumas capitais o desemprego atinge 40% dos jovens em idade produtiva, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). Assim, o jovem candidato a trabalhar, fica em uma situação muito precária, as poucas oportunidades de trabalho tendem a ficar dominadas por sistemas integrados em rede (Castells, 2002) num universo de mercado de trabalho globalizado/globalizante.

Advogamos em favor do trabalho enquanto fonte de identificações e de inscrição social (Sennett, 1998; Castel, 1998; Dubar, 1998, 2001), tentando problematizar a situação de risco social a que estão submetidos os jovens, focando ao mesmo tempo a necessidade de construção de redes sociais de suporte, construídas a partir de diferentes áreas de saber e de diferentes olhares sobre a transição entre a vida universitária e o mundo do trabalho.

## Os sentidos do trabalho ou o trabalho sem sentido

Quais os novos sentidos do trabalho na sociedade complexa e vulnerável de hoje? Segundo Antunes (2005) o trabalho perdeu seu sentido na actual fase do capitalismo por vários motivos, em primeiro lugar pela distância promovida entre o trabalhador e os meios de produção, ou seja, pela alienação produzida no processo de trabalho. A questão que orienta a nossa pesquisa prende-se com esta procura de novos sentidos, concretamente em relação ao sentido do trabalho para os jovens. Partindo de uma perspectiva pedagógica, como poderemos apoiar os jovens enquanto sujeitos de aprendizagem, aptos para a participação social livre e responsável?



Sobre os sentidos do trabalho, desde meados dos anos 50 que se tem procurado compreender o significado atribuído pelas pessoas ao trabalho. Os pesquisadores do grupo Meaning Of Work (MOW, 1987) apresentam resultados que mostram que o trabalho pode assumir desde uma condição de neutralidade até de centralidade na identidade pessoal e social. Segundo Morin, Toneli e Pliopas (2007), o trabalho é essencial na vida das pessoas. Temáticas como a reestruturação produtiva, as relações de trabalho, a competitividade e o desemprego, são objecto de reflexão ao discutir-se o significado que o trabalho vem assumindo (Tolfo, 2005). A questão do trabalho para os jovens está envolta em realidades múltiplas que delineiam sentidos distintos operando na sua polissemia (Baktin, 2004). Uma das hipóteses levantadas é de que os jovens formandos estão mais susceptíveis a aceitar qualquer tipo de trabalho, aceitando contratos mais precários e com baixas remunerações.

O que se observa no caso dos formandos no Brasil, sobretudo no contexto da universidade federal pública e gratuita, é que são os jovens de classes economicamente favorecidas que, geralmente, acedem ao ensino superior. Para estes jovens, que à partida têm maiores oportunidades, observa-se uma demora em termos de inserção profissional. Uma outra hipótese que se levanta é de que esta demora seria mobilizada por distintas configurações contextuais entre elas: o medo de saírem da universidade e não encontrarem emprego ou aceitarem um emprego e depois serem demitidos ou não gostarem de suas actividades. Uma das possibilidades a ser investigada é a de que o trabalho para esta população de formandos parece estar destituído de sentido pessoal. Ou pelo menos de que o trabalho não corresponde às expectativas, valores e intenções profissionais que foram sendo construídas. Junta-se aqui a necessidade de indagar sobre a existência de uma escolha ou orientação profissional adequada. Existe, portanto a possibilidade de que a escolha pelo curso superior não tenha sido uma escolha pessoal do sujeito. De facto, muitos entram na universidade e procuram fazer cursos, para cumprir com os desejos de seus pais, amigos ou familiares, ou para buscar o status de uma determinada profissão. Neste caso, e conforme nos propomos demonstrar, justifica-se a intervenção dos serviços de Orientação Profissional e de Pedagogia Social na Universidade Federal, permitindo auxiliar o jovem a descobrir e a redescobrir quais sentidos atribui ao trabalho. Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Antunes (2005).

## A construção de um objecto de estudo

A construção de um objecto de estudo corresponde a um processo complexo que se vai desenvolvendo a partir de um olhar sobre o mundo, sobre as questões que trazem afectos ou com as quais o pesquisador se vê afectado. São construções subjectivas tecidas de sentidos traçados ao longo da própria vida por quem pesquisa e por quem olha a realidade e se questiona sobre ela.

Na continuação do que vem sendo dito, a relevância do nosso objecto de estudo surge justificada a partir da vivência da pesquisadora em actividades voltadas para a formação e para o emprego, como psicóloga e educadora. Constitui-se como um olhar da pedagogia social, também devido aos pesados investimentos sociais, pessoais e familiares, que se fazem em termos do binómio educação/trabalho. Onde, conforme alerta Joaquim Azevedo (2007) “A educação surge-nos como campo privilegiado na realização do direito universal à humanidade de cada ser humano, num contexto tão fortemente marcado pela desvinculação, pela fragmentação, pela desregulação e pela desigualdade social e num tempo de grande incerteza face ao futuro”.

Assumindo uma visão que entendemos inserida na pedagogia social, interessa-nos indagar sobre as estratégias de ascensão e mobilidade social que são construídas sobre as expectativas dos jovens. Segundo Morin, (2003) “ a educação pode ajudar-nos a ser melhores e mais felizes, ensinando-nos a assumir a parte prosaica e a viver a parte poética das nossas vidas”. Diversas questões amarram os sentidos do trabalho, congelando significados que foram historicamente construídos e que sustentam a sua relação com a educação ou com a formação<sup>4</sup> para o trabalho. Com a vivência do desemprego, alteram-se os campos de sentido, configuram-se novos debates e polémicas nas relações entre a formação e o trabalho. Emerge um fenómeno nunca antes observado em tão grande proporção, a evasão do ensino superior. Mesmo em universidades federais públicas e gratuitas, alunos com situação económica menos favorável, vêm-se obrigados a frequentar os seus estudos no período nocturno e muitos acabam por desistir. A evasão também se deve à percepção de que não conseguem

<sup>4</sup> O termos formação, com suas conotações de moldagem e formação, tem o efeito de ignorar que a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espirito. ( Morin, 2003)

acompanhar as matérias, por problemas pessoais e familiares. Muitos afastam-se por desconhecimento da profissão e do mercado de trabalho e por não perceberem sentido naquele tipo de trabalho futuro.

Porém, o que constatamos empiricamente é que após a formação obtida, os sentidos tecidos em torno do trabalho alteram-se e são processadas novas expectativas de inserção. É na necessidade de averiguar em que medida tal se verifica e compreender as mudanças operadas que se centra a nossa pesquisa. Como se percebem os formandos diante dos novos requisitos do mercado de trabalho? Na nossa perspectiva vale a pena apreender e compreender o sentido do trabalho hoje, tendo em vista que ele configura diferentes vivências em torno do paradigma da aprendizagem ao longo da vida, e das expectativas que cada sujeito tece quanto o seu futuro.

## As contradições do mercado de trabalho na contemporaneidade: uma situação de risco

As contradições do trabalho na contemporaneidade são potenciadoras de situações de risco, como vimos. Por um lado, quando mais as relações de trabalho se complexificam, mais é preciso desenvolver outras habilidades e competências. Vemos também aqui um possível contributo da pedagogia social. O desemprego surge cada vez mais como um fenómeno estrutural, ou seja, os postos que foram substituídos por máquinas nunca mais voltarão a existir (Pochmman, 1998). Promovem-se qualificações para um trabalho que pode num tempo relativamente curto deixar de existir.

Partindo desta concepção podemos questionar se as políticas públicas para a juventude, a grande maioria delas situadas no binómio, educação/formação profissional, estão atentas à necessidade de novas competências do trabalhador. Alguns autores, como (Rifkin, 1995; Antunes, 2005; Azevedo e Fonseca, 2007) trazem dados estatísticos defendendo que o aumento da escolaridade não significa aumento da empregabilidade dos jovens e sim um distanciamento ainda maior do mercado de trabalho pela falta de experiência profissional. O que fazer então? Segundo Giddens (1991) vivemos numa época caracterizada por profundas incertezas mas também por possibilidades. Segundo Robert Castel (2006) não se

pode reconstruir o capitalismo industrial, nem o sistema de protecção social que estava associado a ele, no entanto, pode-se promover uma «nova ordem social». O autor considera que é preciso instituir novos mecanismos de protecção ao sujeito que sejam compatíveis com as novas transformações do trabalho e do emprego, que dêem conta, por exemplo, das novas situações de mobilidade, de mudança de emprego e de «reciclagem» que o trabalhador moderno necessita. Portanto diante da flexibilidade, a segurança social deve assumir um novo compromisso entre a mobilidade e segurança. É preciso assegurar, frente à degradação do status de empregado, uma nova ordem e profissional do trabalhador que garanta os seus direitos de protecção social.

As contradições do mercado de trabalho são muitas e com consequências inactiváveis para o binómio escola-trabalho. Face a sentimentos de dúvida e de insegurança gerados pelo mercado de trabalho, os jovens sentem-se mais abrigados na instituição escola. O tempo de permanência no ensino tende a alargar-se também por força da competitividade do mercado de trabalho, pois o critério de selecção busca candidatos com elevada escolaridade. Os alunos recebem dentro da universidade bolsas de estudo e alimentação e, por vezes, algum tipo de trabalho ou estágio. Na realidade, são boas condições de sobrevivência, além disso, permitem garantir o seu estatuto de estudantes. Assim, a sua identidade pessoal está preservada. Temos então «estudantes profissionais» que, como tal, possuem um status que é muito mais afirmativo do que o de desempregados.

## Educação: salvaguarda do desemprego versus promoção do desemprego qualificado?

Resgatam-se aqui as repercussões históricas que as mudanças na educação superior brasileira possam ter trazido para este contexto. Desde a década de 90 no Brasil (Beato, 1998) e na Europa desde a década de 80 o ensino superior abriu suas portas, para a iniciativa privada (Fonseca, 2007). Movimento este que fez com que aumentasse sobremaneira o número de postos ou vagas no ensino universitário para os jovens. Desde então aumentou o contingente de jovens qualificados e que, na verdade, engrossam o conjunto de desempregados. No

Brasil um quarto dos formados entre os anos de 1992 e 2002 está desempregado (Pochmann, 2004). Em Portugal nos anos de crise económica entre 1990 e 1995, “revelou-se um cenário nunca antes visto: os licenciados começaram, em número crescente, a não encontrar emprego”, segundo Azevedo e Fonseca (2007).

Na sua grande maioria, os cursos disponibilizados eram cursos de ciências sociais, como os cursos de Psicologia, Sociologia, Filosofia e demais áreas, consideradas como “ciências moles” (Beato, 1998). O apelo dos mercados de trabalho, no entanto, desde a década de 90, quando os sistemas de informação passaram a ser amplamente utilizados em todo o mundo, tem privilegiado as “ciências duras” ou áreas hard, ou seja, as áreas das ciências como as Engenharias, a Matemática e a Física. O que faz com que o senso comum divulgue e reafirme a expressão “trabalho há, as pessoas é que não querem trabalhar”. Até que ponto esta afirmação pode ser conformada ou desmentida?

Vemos como contributo possível da Pedagogia Social a promoção de competências de inserção laboral, não só as competências que o mercado de trabalho exige mas também, ou sobretudo, as competências humanas essenciais para a realização dos jovens. No Brasil, como em Portugal (Azevedo e Fonseca, 2007) os jovens que pertencem ao quadro dos «mais qualificados», são os que mais sentem as “turbulências” da inserção profissional. Estes jovens talvez se encontrem capacitados mas sem as competências humanas necessárias, como as que se situam no âmbito da convivência social, da comunicação, da liderança e hábitos de trabalho em grupo, entre outras. Por outro lado, o requisito da experiência profissional é outra grande barreira no ingresso profissional. Existem no Brasil, de acordo com o estudo do IPEA (2007), 9,13 milhões de pessoas estão à procura de um emprego, mas somente 1,67 milhões de trabalhadores têm experiência ou qualificação necessária. Novamente os qualificados / / desqualificados para o trabalho, como o trabalho pode ter sentido? Porém este quadro não se restringe ao Brasil. Segundo a OIT (2006) estima-se que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idade entre 15 e 24 anos está desempregada, ou seja, 88 milhões de jovens, que representam mais de 40% do total de desempregados. Destes, 85% encontra-se em países em desenvolvimento. Configura-se, portanto aqui um objecto de estudo para a pedagogia social numa perspectiva de mudança positiva face aos números apresentados e que nos confrontam com uma questão social urgente

## Considerações finais

São as problemáticas em torno do sentido do trabalho que movem a nossa investigação científica centrada nos jovens formandos e considerando as suas possibilidades de realização humana e inserção social. Considera-se que os mesmos vivenciam uma situação de turbulência enorme em relação ao mercado de trabalho que envolve os aspectos mais subjectivos do sujeito, ocasionando um sentimento constante de falta de segurança e de condições para projectar-se num futuro próximo.

As várias contradições que cercam o mercado de trabalho na contemporaneidade, desde a formação profissional até à falta de experiência profissional, transformam a situação de transição da universidade para o mundo do trabalho numa situação de risco. Discutiu-se aqui a questão da formação para o trabalho e apresentaram-se as estatísticas mundiais que alertam sobre o fenómeno do desemprego juvenil. As nossas preocupações orientam-se no sentido das políticas públicas que buscam soluções para estes riscos sociais. Privilegia-se a educação como meio para enfrentar a crise do desemprego juvenil, mas uma educação considerada no seu todo e não restrita à formação profissional, onde o sujeito após um período de tempo adquire o estatuto social que a profissão lhe confere. Importa colocar a educação ao serviço da população, ao longo da sua vida. Precisamos de uma educação superior que forme para o exercício da cidadania, para a autonomia dos jovens e para a solidariedade. Precisamos de jovens com formação superior, com conhecimentos sobre o mundo e sobre as questões sociais. Um jovem que conheça tecnologias mas que saiba manipular as informações em prol do próximo e de uma sociedade mais igualitária. Só será possível diminuir os riscos sociais se chamarmos os jovens a compor um novo compromisso com o trabalho, onde o seu fazer seja dotado de sentido. Um sentido na busca de soluções conjuntas para os riscos que afectam o mundo e em relação aos quais todos estamos sujeitos.

## Bibliografia

Antunes, R. (2005). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7.ed. São Paulo: Boitempo.

Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, p. 7-40

Azevedo, J. e Fonseca, A.M. (2007). *Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho: a expressão de uma outra sociedade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leitão.

Baptista, I. (2007). Entre «manchas negras» e «sombrias brancas», a força do desejo. In a Página da Educação [On-Line], <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5591>, 16/12/2007.

Baptista, I.(2008). Em Manual EPIS. Casos de Estudo. Promoção da Capacitação Parental e Familiar (Texto Polic.).

Beato, F. e Cláudio, C. (2007). "Hard Sciences" e "Social Sciences": Um Enfoque Organizacional. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998 [On-Line], [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300002&lng=en&nrm=iso), 21/11/2007

Boff, L. (2000). *Tempo de transcendência. O ser humano como um projecto infinito*. Rio de Janeiro: Sextante.

Cabin, P. (2001). Les relations de travail à l'épreuve, *Article en Vivre ensemble*, Hors-série N° 33, Juin/Juillet/A out .

Castel, R. (1997). As armadilhas da exclusão. In: Bógus, L.; Yazbeck, M.C.; Belfiore, W. (Eds.). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ Castel, R.(2006) *Repenser la protection sociale*. Dossier Sciences Humaines, no. 168, p.42, Février.

Castel, R.(1998). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.i.ed. São Paulo: Paz e Terra.

Dubar, C. (1998). Trajectórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos, Campinas, In. *Revista Educação e Sociedade*, vol 19, n. 62. [On-Line], <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev62.html>, 17/12/2007

\_\_\_ (2001). - Identidade profissional em tempos de bricolage (entrevista com Claude Dubar). Rio de Janeiro, *Revista Contemporaneidade e Educação*, 9 :152-156, 2001.

Dupas, G. (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, desemprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

Giddens, A. (1999). *Modernidade e Identidade*, Jorge Zahar: Rio de Janeiro

Giddens, A. (2007). *Sociologia*, 5ª. Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gautie, J. (2007). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1998 [On-Line], [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso), 21/11/2007

Harvey, D. (2005). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14.ed. São Paulo: Loyola.

Morin, E.(2003). *A cabeça bem-feita: repensar reforma, reformar o pensamento*.8ª. ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

Morin , E. et al (2007). *Work and it's meanings*. Psicologia & Sociedade. Vol.19, n. Spe1, ISSN 0102-7182.

Pochmann, M. (1998). *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

\_\_\_ (2000). *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher.

\_\_\_ (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_ (2002). *E-trabalho*. São Paulo: Publisher

\_\_\_ (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Velho, G. (1994). *Projecto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dicionário Michaelis. (2007) [On-Line],

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=risco>, 17/12/2007)

IPEA [On-Line], <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

MOW – INTERNATIONAL RESEARCH TEAM (1987). *The meaning of work*, New York. Academic Press.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2006). *Emprego e formação de Jovens*. [On-Line], [http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg\\_esp/emp\\_form\\_jov.php](http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.php), 26/05/2007).